



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 15 (*quinze*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e minutos*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 13ª (*décima terceira*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência da Dra. Maria Elineide Silva e Souza. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Carlos Raimundo Rebouças Gondim, Henrique José Leal Jereissati, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, a Sra. Presidente comunicou aos demais membros da Câmara a disponibilização para aprovação, das Resoluções referentes aos seguintes processos: 1/489/17, 1/491/17, 1/2693/17, 1/2694/17, 1/2688/17, 1/1366/17 – Relator: Leilson Oliveira Cunha; 1/4513/17 – Relatora: Lúcia de Fátima Dantas Muniz; 1/170/16, 1/4530/17, 1/2393/18 – Relatora: Eliane Resplande. Em seguida, passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/3081/2018 – Auto de Infração: 1/201806244. Recorrente: ELIVAN PEIXOTO DE QUEIROZ. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO CARLOS RAIMUNDO REBOUÇAS GONDIM. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa por ofensa aos princípios da legalidade e da irretroatividade** – Foi afastada por unanimidade de votos, uma vez que a legislação, em especial do Dec. nº 24.569/1997 e a IN nº 14/2007, continham previsão do controle de entrada seja por meio físico ou virtual, não havendo, portanto, nenhum vício que possa causar cerceamento do direito de defesa ou gerar nulidade no processo. **2. Quanto ao pedido de realização de perícia** – Foi afastado, por unanimidade de votos, por ser desnecessária, diante dos elementos de prova já acostados aos autos, com fundamento no art 97, III da Lei nº 15.614/2014. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para afastar o pedido de reenquadramento da penalidade e confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/3999/2017 – Auto de Infração: 1/201704662. Recorrente: LOJAS ESQUISITAS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO MARCUS MOTA DE PAULA CAVALCANTE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e após afastar os pedidos da parte, especificamente o de reenquadramento da penalida-

de, resolve negar provimento ao Recurso Interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/139/2017 – Auto de Infração: 1/201625108. Recorrente: LÚCIA NEIDE BRAGA NASCIMENTO ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, após afastar os pedidos da parte, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão parcialmente condenatória exarada em 1ª Instância, conforme o voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/3687/2017 – Auto de Infração: 1/201708053. Recorrente: ARMAZÉM EXPRESS COMÉRCIO DE MERCADORIAS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe parcial provimento, para modificar em parte a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar parcialmente procedente o feito fiscal, em razão da exclusão das notas fiscais com destaque do ICMS – ST, excluído a responsabilidade do autuado, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais:** Presente a esta sessão, na condição de ouvinte, o Conselheiro Marcus Vinícius de Vasconcelos Maia. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 16 de setembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Maria Elineide Silva e Souza
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA